



## **Considerações acerca dos direitos das travestis do do presídio central de Porto Alegre**

**Edegar Ribeiro Júnior**

Em 2013, ocorreram em Porto Alegre apresentações de uma peça de teatro intitulada "BR Trans", dirigida e interpretada por Silvero Pereira, do Coletivo Artístico "As Travestidas". Em uma das cenas da peça, Silvero interpreta uma travesti presidiária, retratando seus medos, modos, identidade e o que raramente é visto no Presídio Central de Porto Alegre: a violência explícita e implícita contra aqueles cuja identificação de gênero diverge do convencional.

Atualmente, estão em destaque os direitos de afirmação dos homossexuais, travestis e transexuais. Reivindicam-se direitos ao nome, ao casamento igualitário, à adoção de filhos, direitos previdenciários e sucessórios, e o direito de modificar o corpo, ou seja, direitos que decorrem da autodeterminação de gênero. Junto a essas reivindicações, como o próprio Silvero destaca, travestis e homossexuais encarcerados também clamam por esses direitos e, sobretudo, pelo direito de serem simplesmente respeitados enquanto estão presos. Nesse sentido, ao que parece, a criação de uma ala especial seria uma forma de garantir esse respeito.

Conforme amplamente divulgado, a situação do referido presídio é precária: insalubre, superlotada e em desacordo com os padrões de dignidade. Isso contribui para o desrespeito à finalidade da pena, que, de acordo com as teorias modernas, visa reintegrar à sociedade o indivíduo que sofreu as consequências de uma sentença penal condenatória de privação de liberdade ou que aguarda outro tipo de



# REVISTA MEMÓRIA LGBT

decisão liberatória. Frente a isso, é justificável a preocupação com essa temática é justificada, uma vez que a realidade vivida por essas travestis e homossexuais no Presídio Central de Porto Alegre fere direitos básicos. Certamente, há relatos na mídia sobre a violência sofrida por travestis quando são encarceradas em presídios masculinos. Muitas são estupradas e agredidas moral e fisicamente. Essa situação, somada à necessidade de criação de uma ala especial para travestis, homossexuais e seus companheiros, é relevante no contexto social atual, dado o crescente número de políticas públicas e ações afirmativas voltadas a grupos socialmente desprivilegiados, como as travestis.

A violência nos presídios está intrinsecamente ligada ao próprio encarceramento, conforme mencionado anteriormente, e é objeto de investigação. A violência contra travestis decorre tanto do encarceramento em si quanto do desrespeito à identidade de gênero, manifestado nas agressões físicas, sexuais e morais. Por isso, o mínimo que deve ser garantido é a criação de uma ala especial, sob pena de responsabilização estatal, já que o Estado é responsável pela integridade física e moral de seus presos.